

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO			
A DME Distribuição S.A. – DMED (“Companhia” ou “DMED”) submete, à apreciação de V.Sas, o Relatório da Administração, em conjunto as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.			
1 – EVOLUÇÃO DO MERCADO DE ENERGIA			
1.1 Número de consumidores, consumo de energia e balanço energético:			
A DMED é uma concessionária de geração e distribuição de energia elétrica, situada no município de Poços de Caldas-MG. Em 2024, houve um aumento de 2,55% no número de consumidores, totalizando 88.205.			
O consumo cativo de energia elétrica, em 2024, foi no montante de 287 GWh ano, apresentando um aumento de 2,90%. Neste exercício, não houve venda de energia através do MVE - Mecanismo de Venda de Excedentes. Por sua vez, o balanço energético apresentou um superávit da ordem de 9,9 GWh, excedente que foi liquidado através do Mercado de Curto Prazo – MCP ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.			
2 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO			
2.1 – Receitas, Deduções e Receita Operacional Líquida			
A Receita Operacional Bruta, composta principalmente pelo fornecimento de energia elétrica, encerrou 2024 com R\$ 321.894 mil, um aumento de 4,5% ante o mesmo período de 2023 que foi de R\$ 308.042 mil, em decorrência, preponderantemente, dos seguintes fatores: (i) aumento da receita de fornecimento de energia elétrica para o mercado cativo, em 7,71%; (ii) aumento da receita com disponibilização do sistema de distribuição para consumidores livres e especiais em 11,55%; e (iii) aumento da Receita de Construção em 60,63%.			
As Deduções da Receita Operacional finalizaram em R\$ 121.740 mil, uma diminuição de 0,23% com relação ao exercício de 2023, na ordem de R\$ 122.026 mil, motivada, primordialmente, pela redução na Conta de Desenvolvimento Energético, na ordem de -1,49%; resultando, assim na Receita Operacional Líquida de R\$ 200.154 mil, 7,6% maior que em 2023, que foi de R\$ 186.016 mil.			
2.2 – Gastos			
Os Gastos representam os desembolsos (custo do serviço e despesas operacionais) registrados para a manutenção das atividades administrativas e operacionais da empresa. Em 2024, somaram R\$ 167.529 mil – aumento de 3,04% em relação a 2023, que foi de 162.591 mil, causado, principalmente, pelo aumento das Provisões e do Custo de Construção, e redução dos custos de energia elétrica comprada para revenda.			
2.3 – Resultado Operacional, Financeiro e Lucro Líquido			
Em decorrência dos fatores acima expostos, o resultado operacional encerrou 2024 com o saldo positivo de R\$ 32.625 mil, 39,28% maior que o exercício anterior, R\$ 23.424 mil. Por sua vez, o resultado financeiro totalizou R\$ 16.351 mil no período, apresentando um acréscimo de 92,81% em relação a 2023, R\$ 8.480 mil, ocasionado, principalmente, pela diminuição do resultado financeiro da atualização do Passivo Financeiro Setorial - CVA. Por consequência, o lucro líquido encerrou o exercício de 2024 com R\$ 32.381 mil, aumento de 34% com relação a 2023, que foi de R\$ 24.164 mil.			
3 – ASPECTOS REGULATÓRIOS E TARIFÁRIOS			
3.1 – Reposicionamento Tarifário			
Em novembro de 2024, foi homologado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da DMED, que conduziu a um efeito médio nas tarifas de -16,71%, sendo -21,10% para os consumidores em alta tensão e -13,95% para os consumidores em baixa tensão.			
4 – INVESTIMENTOS			
Durante o ano de 2024, a DMED unitizou, colocando a serviço do consumidor, investimentos da ordem de R\$ 25.430 mil. Os principais valores foram: R\$ 16.671 mil destinados diretamente em melhorias das redes de distribuição aéreas, R\$ 7.795 mil em sistemas de medição e R\$ 962 mil em usinas, subestações, veículos e equipamentos.			
Agradecimentos			
Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMED.			
Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos órgãos estatutários e colaboradores das Empresas DME pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.			
Poços de Caldas, 25 de março de 2025.			
Miguel Gustavo Durante de Oliveira - Diretor Superintendente Miguel Gustavo Junqueira Franco - Diretor Administrativo Financeiro Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico			

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras			
Aos Administradores e Acionistas da DME Distribuição S.A. - DMED			
Poços de Caldas - Minas Gerais			
Opinião			
Examinamos as demonstrações financeiras da DME Distribuição S.A. - DMED (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.			
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
Base para opinião			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.			
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Outros assuntos			
Demonstração do valor adicionado			
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.			
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor			
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.			
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.			
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.			
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras			
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.			
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.			
· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.			
· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas divulgações feitas pela diretoria.			
· Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.			
· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.			
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Campinas, 25 de março de 2025.			
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-027623/F José A. Navarrete - Contador CRC-SP198698/O			

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	124.389	104.399
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	41.352	42.671
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	24.621	11.258
Serviços em curso		4.364	3.454
Estoque		1.850	1.790
Despesas pagas antecipadamente		630	538
Ativos financeiros setoriais	6	15.192	28.637
Encargos a compensar		-	163
Subvenção CDE - descontos tarifários	9.1	1.463	1.260
Outros créditos	9	4.046	2.554
		217.907	196.724
Não circulante			
Indenização complementar - MP 579/12	9	9.038	9.038
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10	25.362	21.443
Cauções e depósitos vinculados	7	28.018	25.116
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	14.123	37.145
Tributos diferidos	25	18.216	18.695
Ativos financeiros setoriais	6	5.677	11.115
Superávit - plano de benefício definido	11	5.351	4.356
		105.785	126.908
Imobilizado	12	26.964	28.929
Intangível	13	146.846	141.237
Ativo de contrato - Infraestrutura em construção	13	63.969	38.713
		237.779	208.879
Ativo total		561.471	532.511
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	14	8.746	17.046
Folha de pagamento		552	551
Dividendos a pagar		560	1.036
Credores diversos	15	19.590	11.356
Passivos financeiros setoriais	6	56.876	43.750
Encargos regulatórios	16	447	1.038
Pesquisa e desenvolvimento	17	2.442	2.148
Programa de eficiência energética	17	4.037	3.703
Tributos e contribuições sociais	18	11.980	11.364
Obrigações estimadas		5.033	4.565
		110.263	96.557
Não circulante			
Outros passivos		-	3
Passivos financeiros setoriais	6	4.007	4.007
Tributos e contribuições sociais	18	18.339	35.604
Provisões para contingências	19	55.535	46.891
		77.881	86.505
Total passivo		188.144	183.062
Patrimônio líquido	20	222.950	222.950
Capital social		16.728	15.109
Reserva legal		133.649	111.390
Reserva de lucros		373.327	349.449
Total do patrimônio líquido		561.471	532.511
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	21	200.154	186.016
Custo dos serviços prestados	22	(144.623)	(149.219)
Lucro bruto		55.531	36.797
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas	22	(1.327)	(2.471)
Despesas gerais e administrativas	22	(26.126)	(16.108)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	4.547	5.206
		(22.906)	(13.373)
Resultado operacional		32.625	23.424
Receitas financeiras	24	26.847	28.021
Despesas financeiras	24	(10.496)	(19.541)
Receitas financeiras, líquidas		16.351	8.480
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		48.976	31.904
Contribuição social corrente	25	(4.418)	(2.430)
Imposto de renda corrente	25	(11.928)	(6.552)
Impostos diferidos	25	(249)	1.242
Lucro líquido do exercício		32.381	24.164
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
		31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		32.381	24.164
Resultados abrangentes			
Ganhos atuariais de plano de benefícios definido, líquido dos tributos		445	73
Resultado abrangente do exercício		32.826	24.237
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	222.950	13.901	94.930	-	331.781
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.164	24.164
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Constituição de reserva legal (5%)	-	1.208	-	(1.208)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	(1.036)	(1.036)
Transferência para reserva de lucros	-	-	21.920	(21.920)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(5.533)	-	(5.533)
Outros resultados abrangentes	-	-	73	-	73
Saldo em 31 de dezembro de 2023	222.950	15.109	111.390	-	349.449
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.381	32.381
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Constituição de reserva legal (5%)	-	1.619	-	(1.619)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	(7.690)	(7.690)
Transferência para reserva de lucros	-	-	23.072	(23.072)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.258)	-	(1.258)
Outros resultados abrangentes	-	-	445	-	445
Saldo em 31 de dezembro de 2024	222.950	16.728	133.649	-	373.327
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		32.381	24.164
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)		118	416
Depreciação e amortização (Nota 12 e 13)		13.998	14.482
Perda na baixa de imobilizado e intangível (Nota 12 e 13)		9.691	4.426
Tributos diferidos (Nota 25)		249	(1.242)
Constituição (reversão) de provisões para contingências, líquidas (Nota 19)		9.217	(601)
		65.654	41.645
Redução (aumento) nos ativos:			
Consumidores e revendedores		1.201	(7.904)
Ativo financeiro indenizável (concessão)		(3.919)	(2.008)
Ativos (passivos) financeiros setoriais		32.009	34.683
Tributos a compensar		9.659	(5.320)
Superávit - Plano de benefício definido		(995)	(428)
Demais ativos circulantes e não circulantes		(5.266)	(2.745)
		32.689	16.278
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		(8.300)	7.177
Folha de pagamento e provisões trabalhistas		1	36
Tributos e contribuições sociais		(865)	13.270
Encargos regulatórios		(591)	243
Pagamento de contingências (Nota 19)		(573)	(27)
Demais passivos circulantes e não circulantes		9.773	5.825
		(555)	26.524
Imposto de renda e contribuições sociais pagos		(15.784)	(7.325)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		82.004	77.122
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado e intangível (Nota 12 e 13)		(52.589)	(43.227)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento		(52.589)	(43.227)
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios 2023		(1.036)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio (Nota 20)		(8.389)	(5.533)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento		(9.425)	(5.533)
		19.990	28.362
Aumentado caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa			
No fim do exercício		124.389	104.399
No início do exercício		104.399	76.037
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		19.990	28.362
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
		31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Venda de energia e serviços		296.463	292.211
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.327)	(2.471)
Outros resultados		7.502	8.358



Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	17.240	16.190
Encargos sociais (exceto INSS)	1.540	1.511
Entidade de previdência privada	1.394	1.376
Auxílio-alimentação	2.554	2.433
Provisões de férias e 13º	3.515	3.481
Convênio assistencial e outros benefícios	2.028	1.886
Participação nos resultados	1.924	1.582
Programa de demissão voluntária - PIDV	1.122	-
Custos imobilizados	(3.676)	(3.169)
Provisão (reversão) trabalhista	246	544
Outros	194	179
	28.081	26.013
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	5.280	5.132
ICMS	52.944	45.181
Provisão (reversão) fiscal	34	(1.818)
Provisão (reversão) indenizatória	9.371	672
Outros	100.794	99.611
	168.423	148.778
Acionistas		
Juros sobre capital próprio (Nota 20)	8.389	5.533
Resultados retidos	23.992	18.631
	32.381	24.164
Total	228.885	198.955
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Miguel Gustavo Durante de Oliveira - Diretor Superintendente		
Miguel Gustavo Junqueira Franco - Diretor Administrativo Financeiro		
Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico		
Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi - Contadora CRC-MG 090512/O-2		

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A DME Distribuição S.A. - DMED (“Companhia” ou “DMED”) é uma empresa pública, sociedade anônima de capital fechado, tendo como único acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A. - DME, a qual figura como controladora da Companhia. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com sede no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ MF nº 23.664.303/0001-04 e Inscrição Estadual nº 518.601.288.0094.

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica sob o regime de serviço público, por meio das usinas hidrelétricas Walther Rossi (Antas II) e Machadinho e a distribuição desta energia elétrica na sua área de concessão, no Município de Poços de Caldas, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão nº 48/1999 referente à concessão de geração da UHE Antas II, foi assinado em 28 de junho de 1999 entre a União (via delegado ANEEL) e o Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas DME-PC, antiga denominação da DMED.

Com isso, o parque gerador da DMED, no Município de Poços de Caldas, atualmente é composto por uma usina hidrelétrica, a UHE Walther Rossi, com geração da ordem de 79.176,000 Mwh.

ADMED detém a concessão compartilhada para exploração da UHE Machadinho, situada na bacia do Rio Pelotas, entre os municípios de Pirutuba - SC e Maximiliano de Almeida - RS, com o percentual de participação da DMED no Consórcio Machadinho de 2,902024%; garantindo, em 2024, uma quota de energia de 118.248,784 Mwh.

Desta forma, considerando a energia gerada instalada no Município de Poços de Caldas e a quota-parte referente à UHE Machadinho, a geração própria total foi de 197.424,784 Mwh.

ADMED possui as seguintes instalações em operação no Município de Poços de Caldas:

- UHE Walther Rossi - Antas II.
- Subestação de Interligação DME/Furnas.
- Subestação Saturnino.
- Subestação Osório.

O detalhamento das Usinas, está assim apresentado:

Usinas	Rio	Potência instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)	Data da concessão	Final da concessão
UHE Walther Rossi - Antas II	Antas	16,5	16,5	13/03/1979	13/03/2029
UHE Machadinho (2,902024%)	Pelotas	1.140	12,93	15/07/1997	08/10/2035

Através da Portaria nº 629 de 3 de novembro de 2011, do Ministério de Minas e Energia, foi prorrogada por mais 20 anos a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica denominada Walther Rossi - Antas II, prazo contado a partir de 14 de março de 2009 e regulada conforme Resolução Autorizativa ANEEL Nº 4547 de 11 de fevereiro de 2014.

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 49/1999 - ANEEL, para distribuição de energia elétrica entre a União e a DME Distribuição S/A - DMED, o qual formaliza a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 49/1999 até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro do Estado de Minas e Energia de 09 de novembro de 2015, com fulcro na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015.

ADMED conta atualmente com o quadro de 158 funcionários, atendendo 88.222 consumidores que em 2024 requisitaram 288.129,87 MWh.

Reajuste Tarifário Anual da DMED

Através da Resolução Homologatória nº 3.412 de 19 de novembro de 2024, os consumidores/usuários/agentes supridos atendidos pela DMED tiveram um efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de -16,71%, sendo de -21,10%, em média, para os consumidores conectados em Alta Tensão e de -13,95%, em média, para os consumidores conectados em Baixa Tensão, que estarão em vigor durante o período de 22 de novembro de 2024 a 21 de novembro de 2025.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de março de 2025.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 21 - Fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada.
- Nota 5 - Consumidores, concessionárias e permissionárias.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Ativos e passivos financeiros setoriais-conta de compensação da variação dos custos da “Parcela A”;
- Nota 10 - Ativo financeiro indenizável (concessão);
- Nota 11 - Superávit - Plano de benefício definido;
- Nota 19 - Provisões e contingências;
- Nota 25 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que seja “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros:

Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e

as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são compostos exclusivamente de títulos cotados na categoria de investimento superior (Muito bom e Bom) pela Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito e, portanto, são considerados investimentos de baixo risco de crédito. Constitui política da Companhia mensurar as perdas de crédito esperadas sobre estes instrumentos em uma base de 12 meses. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, a provisão será baseada na perda de crédito esperada vitalícia. A Companhia utiliza as classificações (ratings) da Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito para determinar se o instrumento da dívida aumentou significativamente em termos de risco de crédito e para estimar as perdas de crédito esperadas.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques, intangível, ativo de contrato e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC ou a Companhia de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

A perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não foram detectados indicativos de perda de ativos não financeiros.

c) Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

São considerados ativos financeiros e classificados como custo amortizado.

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias estão apresentadas líquidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a perda estimada na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoarifado de manutenção e de obras e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

e) Ativo financeiro indenizável (concessão)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a DME Distribuição S.A. - DMED (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com prestação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e,
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.
- Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração e de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:
- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciada até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e,
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público.
- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia, será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:
- Uma parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e,
- Outra parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou de quem ele delegar essa tarefa.

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

No entendimento da Administração, há expectativa de receber ao término da concessão pelos investimentos não amortizados, o valor apurado com base na Base de Remuneração Regulatória - BRR. A Companhia considera as mudanças nos valores justos dos ativos que compõem a infraestrutura da concessão como alteração na expectativa dos fluxos de caixa estimados, de acordo com o CPC 48.

f) Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. Em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado até o término da concessão, sendo este 07 de julho de 2045.

São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

g) Ativos de contrato (Infraestrutura em construção)

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão.

h) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta, custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.
- Os gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

i) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos







Neutralidade da parcela A	(6.939)	(1.510)	(8.449)	(1.638)	(7)	(1.645)
Sobrecontratação de energia	-	(28.590)	(28.590)	-	(28.572)	(28.572)
Receita de ultrapassagem de						
demanda e excedentes de reativos	-	(5.646)	(5.646)	-	(4.963)	(4.963)
Bandeiras tarifárias	-	(484)	(484)	-	(85)	(85)
Repetição de Indébito Tributário PIS						
COFINS	(10.743)	-	(10.743)	-	-	-
<b>Passivo circulante - Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros</b>	<b>(20.075)</b>	<b>(36.801)</b>	<b>(56.876)</b>	<b>(6.889)</b>	<b>(36.861)</b>	<b>(43.750)</b>
<b>Outros itens financeiros a devolver</b>	<b>-</b>	<b>(4.007)</b>	<b>(4.007)</b>	<b>-</b>	<b>(4.007)</b>	<b>(4.007)</b>
Sobrecontratação de energia	-	(4.007)	(4.007)	-	(4.007)	(4.007)
<b>Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(4.007)</b>	<b>(4.007)</b>	<b>-</b>	<b>(4.007)</b>	<b>(4.007)</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>(4.007)</b>	<b>(4.007)</b>	<b>-</b>	<b>(4.007)</b>	<b>(4.007)</b>

**6.1. Conta de compensação de variação de itens da Parcela A- CVA**  
Os valores a receber e a devolver de Parcela A referem-se às variações entre os custos não gerenciais efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas Revisões e/ou Reajustes Tarifários. Estes valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

**6.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE**  
A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como:

- universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional;
- concessão de descontos tarifários a diversos usuários do serviço (baixa renda, rural, atividade de irrigação e aquicultura em horário especial, serviço público de água, esgoto e saneamento, geração e consumo de energia de fonte incentivadas etc);
- modificidade da tarifa em sistemas elétricos isolados (Conta de Consumo de Combustíveis – CCC); competitividade da geração de energia elétrica a partir da fonte carvão mineral nacional;

Os recursos da CDE são arrecadados principalmente das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia elétrica com consumidor final. Isso é feito mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia, além dos pagamentos anuais realizados pelos concessionários e autorizados a título de Uso de Bem Público - UBP, das multas aplicadas pela ANEEL e da transferência de recursos do Orçamento Geral da União.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE assumiu a gestão dos fundos setoriais a partir de 1º de maio de 2017. Cabe à ANEEL aprovar o Orçamento Anual da CDE e fixar a quota anual, que deve corresponder à diferença entre a necessidade total de recursos da Conta e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes.

Além da CDE-Úso que custeia estas políticas públicas, foram criadas as seguintes contas que são custeadas pela CDE.

I - CDE-COVID - encargo tarifário para a amortização das operações financeiras contratadas para alívio do caixa das distribuidoras de energia durante a pandemia da Covid-19

II – CDE Escassez Hídrica - encargo tarifário para a amortização das operações financeiras contratadas para auxiliar o setor elétrico diante dos custos decorrentes do cenário de baixa hidrologia e de aumento da geração termelétrica registrados ao longo de 2021

III – CDE-GD – encargo com finalidade de repassar para a Conta de Desenvolvimento Energético o custeio dos benefícios tarifários dos participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE

Em outubro de 2024 foi publicado o Despacho 3056/2024 que interrompeu a cobrança relacionada à Conta COVID e Escassez Hídrica, extinguindo-se assim a cobrança dos encargos CDE COVID e CDE Escassez Hídrica nas tarifas dos consumidores cativos da DMED a partir do reajuste tarifário realizado em novembro de 2024.

**6.3. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A**  
A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das variações mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais efetivamente faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário, baseados na expectativa de mercado para os 12 meses subsequentes ao reajuste.

**6.4. Sobrecontratação de energia**  
Refere-se aos custos adicionais com exposição no mercado de curto prazo, diferenças de preços entre submercados e liquidação das sobras de energia, tendo em vista, que a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Sendo assim, contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

**6.5. Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos**  
Conforme estabelecido no procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão periódica, devem ser contabilizados como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

A partir do 4º ciclo de revisão tarifária periódica da Companhia, sendo este maio/2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, atualizados pela Selic, os quais foram considerados como redutores da Parcela B e passaram a ser amortizados pela Companhia a partir da homologação do 5º Ciclo de Revisão Tarifária, ocorrido em novembro de 2020, em observação ao submódulo 2.1 A Procedimentos Gerais do PRORET.

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
INSS - depósito judicial (a)	<b>15.634</b>	<b>14.501</b>
Depósito judicial - cível (b)	<b>8.926</b>	<b>7.436</b>
Depósito judicial - ANEEL/CCEE (c)	<b>3.105</b>	<b>3.004</b>
Depósitos judiciais - outros (d)	<b>338</b>	<b>161</b>
ICMS - depósito judicial (e)	<b>15</b>	<b>14</b>
	<b>28.018</b>	<b>25.116</b>

- (a) INSS Depósito Judicial: Refere-se a ação anulatória de débito fiscal, a qual a companhia foi autuada pela exigência de débito proveniente de contribuições previdenciárias devida a terceiros durante o período de abril de 2004 a setembro de 2008.
- (b) Depósito judicial realizado para garantia do cumprimento de sentença nº 5005439-38.2018.8.13.0518, referente a liquidação do valor da condenação da companhia por lucros cessantes nos autos da Ação Ordinária de Indenização nº 0518.09.166650-4, ajuizada em 01/04/2009, em face da DMED, e em tramite perante a 2ª Vara Cível de Poços de Caldas-MG, relativa a imóvel localizado nas imediações da Represa Saturnino de Brito, matrícula 7.050 junto ao Cartório local.
- (c) ANEEL/CCEE: Termo de Notificação da CCEE e Auto de Infração decorrente deste, referente ao não reconhecimento do montante de 6,31 MW médios ou 10.733,392 MWh de exposição involuntária da DMED do período de janeiro a dezembro de 2013.
- (d) Depósitos Judiciais - outros refere-se a depósitos recursas de ações trabalhistas.
- (e) ICMS - Depósito judicial: Decorrente do aproveitamento de crédito do ativo imobilizado da DMED, considerado indevido pela Receita Estadual de Minas Gerais. Em 2018 foi protocolada petição da DME em conjunto com o Estado de Minas Gerais informando adesão ao REGULARIZE e requerendo cálculo de custas judiciais para pagamento e posterior extinção do feito. Em setembro de 2018 fora exarada sentença extinguindo a execução fiscal, e intimando a Executada ao pagamento de custas atualizadas. Em outubro de 2018 foi protocolada petição de juntada de comprovante de pagamento das custas finais, além de requerer a expedição de alvará judicial afim de levantar os valores depositados judicialmente. Em 2019, o recurso depositado judicialmente retornou ao caixa da companhia, restando apenas R\$15 a ser resgatado.

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	<b>31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Atualização</b>	<b>Resgates</b>	<b>31/12/2024</b>
	<b>25.116</b>	1.071	1.831	-	<b>28.018</b>
<b>8. Tributos e contribuições sociais compensáveis</b>				<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Repetição de indébito tributário PIS e COFINS (1)				<b>24.402</b>	<b>28.904</b>
IRPJ a compensar				<b>4.418</b>	<b>4.055</b>
ICMS – Recuperação de crédito longo prazo				<b>2.813</b>	<b>1.983</b>
Pis e Cofins a compensar				<b>2.607</b>	<b>9.861</b>
Provisão IRRF s/ aplicações financeiras				<b>1.688</b>	<b>1.326</b>
CSLL a compensar				<b>1.422</b>	<b>1.308</b>
ICMS – Recuperação de crédito				<b>1.394</b>	<b>966</b>
				<b>38.744</b>	<b>48.403</b>
Circulante				<b>24.621</b>	<b>11.258</b>
Não circulante				<b>14.123</b>	<b>37.145</b>

- (1) A DMED impetrou mandado de segurança em face da União, em 14/10/2020, sendo concedida a segurança através da sentença prolatada em 12/03/2021, para determinar à autoridade coatora que se abstenha de incluir o ICMS na base de cálculo das exações do PIS e da COFINS, sobre a qual foi interposto o recurso de apelação pela União, o qual se encontrava pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A Companhia, fez o levantamento dos valores pagos indevidamente no período de 03/2017 a 08/2021 para pleitear seu respectivo ressarcimento. Com o apoio e laudo preparado por seus assessores, e de acordo com a modulação do STF a Companhia havia registrado até 2023 o montante de R\$ 28.904 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros. O valor principal dos créditos de R\$ 21.532 foi reconhecido como outras receitas operacionais durante o exercício de 2021 e os valores das atualizações monetárias foram reconhecidos na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício. Durante o exercício de 2022, o processo nº 1001997-03.2020.4.01.3826 teve Sentença de primeiro grau favorável à DMED a qual concedeu a segurança pleiteada resolvendo o mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, determinando à autoridade coatora que se abstenha de incluir o ICMS na base de cálculo das exações do PIS e da COFINS e ainda declarar o direito da imputante de compensar os valores indevidamente recolhidos nos cinco anos que precederam ao ajuizamento da ação. A Compensação estava condicionada ao trânsito em julgado da sentença, na forma do art. 170-A do CTN., que ocorreu em agosto de 2023. Sobre os valores recolhidos indevidamente no quinquídio anterior a propositura da ação incidirá a taxa SELIC a partir de cada pagamento indevido, sem a cumulação com qualquer outro índice, seja de correção monetária ou de juros. A compensação (procedimento e débito passíveis de compensação) far-se-á de acordo com a regulamentação administrativa vigente ao tempo de sua efetivação. A União apresentou recurso de apelação sendo que em 08/2023 foi proferida a decisão do referido Processo e está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto a exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS e a modulação de efeitos proposta pela Corte Suprema no julgamento do RE 574.706, onde restou definido que, para as ações que visassem discutir a restituição de tais valores protocoladas após 15 de março de 2017, aplica –se a referida modulação, possibilitando a discussão de valores apenas ao período posterior a esta data, não havendo fundamento hábil a combater a decisão proferida no Processo de nº 1001997-03.2020.4.01.3826 a ensejar êxito em outras instâncias recursais. Com isso, em 27/03/2024 foi deferido o pedido de habilitação dos créditos através do Despacho Decisório nº 0333/2024/HABCRED/EQAUD/DRF/JFA/DEVAT/SRRF06/RFB. A DMED iniciou as compensações dos créditos em 22/05/2024 através de Pedido de Compensação – PERDCOMP junto a Receita Federal. Já a devolução dos créditos aos consumidores se iniciou em 11/2024 através da homologação da ANEEL conforme consta na Nota Técnica nº 168/2024-STR/ANEEL, de 11/11/2024. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuiu os saldos de R\$18.295 e R\$10.743 nas rubricas de Tributos e Contribuições Sociais e Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023 só haviam saldos provisionados no montante de R\$ 28.904 na rubrica de Tributos e Contribuições Sociais.

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Serviços prestados a terceiros	<b>34</b>	<b>22</b>
Adiantamento a empregados	<b>264</b>	<b>217</b>
Diferença mensal da receita - baixa renda	<b>290</b>	<b>298</b>
Desativações em curso	<b>983</b>	<b>800</b>
Títulos de crédito a receber	<b>2.413</b>	<b>1.758</b>
Consumidores – Outros	<b>1.841</b>	<b>1.342</b>
Indenização complementar - MP 579/2012	<b>9.038</b>	<b>9.038</b>
(-) Provisão para perdas de Consumidores – Outros	<b>(1.779)</b>	<b>(1.883)</b>
	<b>13.084</b>	<b>11.592</b>
Circulante	<b>4.046</b>	<b>2.554</b>
Não circulante	<b>9.038</b>	<b>9.038</b>

Indenização Complementar - MP 579/2012  
Motivada por discussões de toda a comunidade do setor elétrico, a ANEEL aprovou em, 19 de dezembro de 2013, a Resolução Normativa nº 596/2013, esclarecendo assim o reconhecimento, para fins de indenização, os investimentos complementares àqueles ao Projeto Básico, das Usinas que tiveram seus contratos renovados antecipadamente a partir de 31 de dezembro de 2012, cujas concessões venceriam até 2015.

Com a publicação da citada Resolução, as concessionárias encontraram suporte regulatório para requerer indenização complementar nos casos de acréscimos de escopo em relação ao Projeto Básico e para os investimentos realizados após a entrada em operação da última unidade geradora. Essas reivindicações estão sujeitas à análise e validação da ANEEL, conforme consta na própria Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 e Lei nº 12.783/2013 (MP 579/2012).

Com suporte regulatório, a DMED realizou um estudo para verificar a existência de valor de indenização complementar para os bens reversíveis e ainda não depreciados ou amortizados, o qual foi identificado o montante de R\$10.224, representando assim o valor de indenização complementar sobre os investimentos em bens reversíveis da Usina Pedro Affonso Junqueira - UHE Antas I.

Em 13 de julho de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 942/2021, a qual alterou a Resolução Normativa nº 596/2013, estabelecendo nova forma de definição do Valor Novo de Reposição – VNR para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, conforme estabelecido no art. 2º do Decreto nº 7.850/2012.

Neste contexto, fez-se necessário que a DMED apresentasse à ANEEL relatório de avaliação, nos termos do Anexo I e II da RN 942, Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, referente aos investimentos realizados em bens reversíveis da UHE Antas I, ainda não amortizados ou não depreciados até 31/12/2021, e não indenizados pelo Poder Concedente.

O novo laudo com o pleito para indenização complementar foi elaborado por empresa especializada credenciada na ANEEL, cujo montante, correspondente a consolidação dos saldos passíveis de indenização, perfazem o valor de R\$9.038 e representa o novo valor de indenização complementar, sobre os investimentos em bens reversíveis da UHE Antas I, em consonância com a Resolução Normativa ANEEL nº 942/2021, o qual foi encaminhado na ANEEL em julho/2022, e encontra-se em análise pela Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado – SFF.

**9.1. Subvenção CDE - descontos tarifários**

Nos termos do inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002, e conforme dispõe o Decreto nº 7.891/2013, a CDE, além de suas demais finalidades, deve custear descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação. E, conforme o artigo 3º do Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.022/2017, o Gestor da CDE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, deve repassar o montante mensal de recursos da CDE a cada distribuidora visando custear os referidos descontos tarifários retirados da estrutura tarifária. Para definição dos valores mensais dos subsídios a serem repassados, a ANEEL através da Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica – (STR) utiliza o mercado considerado no período de referência do processo tarifário da concessionária. Em dezembro de 2024, a DMED encerrou o respectivo exercício social com um saldo a receber registrado no ativo circulante de R\$1.463 (R\$1.260 em 2023) para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis, conforme homologado pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 3.412 de 19 de novembro de 2024, correspondente ao período de competência de novembro de 2024 a outubro de 2025.

**10. Ativo financeiro indenizável (concessão)**

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Atualização</b>	<b>Baixas</b>	<b>Trans. imob. para ativo financeiro</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>
<b>21.443</b>	3.696	223	-	-	<b>25.362</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Atualização</b>	<b>Baixas</b>	<b>Trans. imob. para ativo financeiro</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
19.435	2.294	(282)	(4)	-	<b>21.443</b>

Através da assinatura do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica nº 49/1999, o qual ocorreu em 8 de dezembro de 2015, a ANEEL formalizou a prorrogação do referido Contrato de Concessão até 7 de julho de 2045. Dessa forma, a DMED analisou o cálculo do ativo financeiro indenizável, levando em consideração a prorrogação da concessão por mais 30 anos, e procedeu a baixa do saldo do ativo financeiro indenizável para o ativo intangível, pertencente à parcela que será amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público vinculados ao Contrato de Concessão.

**11. Superávit - plano de benefício definido**

Autorizada pela Lei Municipal nº 5.428, de 30 de setembro de 1993, a DME Distribuição S.A. patrocina dois planos de benefícios distintos que são administrados pela SUPREV, sendo eles:

- Plano de Benefícios nº 006-DME, estruturado na modalidade de benefício definido. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atualmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 2000; e
- Plano de Benefício DME II, estruturado na modalidade de contribuição definida. As contribuições são conhecidas e o valor do benefício dependerá diretamente do valor das contribuições efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, do tempo de contribuição e do resultado obtido através do investimento das contribuições.

a) **Plano de benefício definido**  
De acordo com o CPC 33 (R1), os saldos de ativos e passivos relacionados aos benefícios a empregados de benefício definido devem seguir as diretrizes de reconhecimento contábil conforme definido pela norma, atendendo as premissas contratuais e as exigências regulamentares. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Plano de Benefícios nº 006-DME apresentou superávit de R\$25.483 (2023: R\$21.556), sendo o montante do ativo atuarial reconhecido no exercício de R\$5.351 (2023: R\$4.356).

Durante os exercícios sociais de 2014 a 2024, a Companhia vem reconhecendo 50% do valor superavitário em excesso ao apresentado na Reserva de Contingência do Plano de Benefícios II no fundo de pensão (SUPREV), conforme estabeleceu a Resolução CGPC nº 30/2018, conjugada com o especificado na Interpretação Técnica nº ICPC 20. O montante máximo a ser reconhecido pela DME leva-se em consideração a proporção contributiva (parte da empresa). Sendo assim, o superávit deve ser limitado ao valor presente dos benefícios futuros que correspondem a benefícios econômicos disponíveis na forma de redução nas contribuições futuras.

Em 21 de novembro de 2012, a SUPREV encaminhou processo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com o objetivo de obter aprovação quanto à destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios nº 006-DME. A Companhia aguarda a homologação e aprovação final da PREVIC quanto a destinação desse superávit.

A posição do ativo atuarial no final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, com base em laudo de atuário independente, está demonstrada a seguir:

Segue abaixo a movimentação do plano de benefício definido:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	<b>(2.718)</b>	<b>(3.442)</b>
Valor justo dos ativos em excesso aos montantes das obrigações	<b>28.201</b>	<b>24.998</b>
Valor presente da obrigação descoberta	<b>25.483</b>	<b>21.556</b>
<b>(Déficit) / Superávit para planos cobertos</b>	<b>25.483</b>	<b>21.556</b>
<b>(Déficit) / Superávit do plano</b>	<b>25.483</b>	<b>21.556</b>
Mudança no efeito do teto de ativo (Asset ceiling)	<b>(20.132)</b>	<b>(17.200)</b>
<b>Ativo líquido reconhecido</b>	<b>5.351</b>	<b>4.356</b>
Os valores reconhecidos no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no resultado abrangente são os seguintes:		
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Ativo reconhecido no início do exercício	<b>4.355</b>	<b>3.928</b>
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios	<b>319</b>	<b>319</b>
Valor reconhecido de resultados abrangentes	<b>677</b>	<b>109</b>
<b>Ativo líquido reconhecido</b>	<b>5.351</b>	<b>4.356</b>

A movimentação do “valor presente das obrigações atuariais com cobertura” e do “valor justo dos ativos em excesso aos montantes das obrigações” do plano são como segue:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023</b>	<b>24.998</b>	
Rendimento dos ativos do plano	<b>2.291</b>	
Benefícios pagos pelo Fundo	<b>(75)</b>	
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	<b>987</b>	
<b>Valor presente da obrigação em 31/12/2024</b>	<b>28.201</b>	
<b>Valor presente da obrigação em 31/12/2023</b>	<b>3.442</b>	
Custo dos juros	<b>310</b>	
Custo do serviço corrente	<b>82</b>	
Benefícios pagos pelo Fundo	<b>(75)</b>	
(Ganhos) perdas decorrente de ajuste de experiencia	<b>(735)</b>	
(Ganhos) perda atuarial decorrente de mudança de hipóteses financeiras	<b>(306)</b>	
<b>Valor presente da obrigação em 31/12/2024</b>	<b>2.718</b>	

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<b>Premissas atuariais</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Taxa nominal de desconto atuarial		<b>11,01%</b>	<b>9,19%</b>
Taxa real de juros		<b>7,26%</b>	<b>5,50%</b>
Inflação de longo prazo		<b>3,50%</b>	<b>3,50%</b>
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano		<b>11,01%</b>	<b>9,19%</b>
Rotatividade		<b>Nulo</b>	<b>Nulo</b>
Taxa nominal de progressão salarial para participantes ativos		<b>5,57%</b>	<b>5,57%</b>
Tábua de mortalidade participantes ativos e assistidos		<b>AT-2000</b>	<b>AT-2000</b>

b) **Plano de contribuição definida**

Para o plano de contribuição definida, o regime financeiro é de capitalização e repartição dos benefícios e os custos são realizados paritariamente pelos participantes e pela patrocinadora. As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia, durante o exercício de 2024 foi de R\$1.394 (R\$1.376 em 2023).

**12. Imobilizado**

A concessionária considera como ativo imobilizado, os prédios administrativos, móveis e utensílios, veículos, dentre outros, os quais são considerados como ativos não elétricos. Também estão registrados como ativo imobilizado, a participação da DMED na UHE Machadinho, conforme Contrato de Concessão nº 09/1997 - ANEEL.

A composição do ativo imobilizado e da depreciação acumulada são como segue:

	<b>Taxas anuais médias de depreciação (%)</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação e amortização acumuladas</b>	<b>Valor líquido</b>	
				<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Ativo imobilizado em serviço					
Geração	7,61%	<b>32.521</b>	<b>(22.701)</b>	<b>9.820</b>	<b>10.678</b>
Distribuição	6,39%	<b>16.679</b>	<b>(10.777)</b>	<b>5.902</b>	<b>6.427</b>
Administração	10,64%	<b>25.362</b>	<b>(14.120)</b>	<b>11.242</b>	<b>11.824</b>
		<b>74.562</b>	<b>(47.598)</b>	<b>26.964</b>	<b>28.929</b>

Segue abaixo a movimentação do custo do ativo imobilizado:

	31/12/2023	Adições (*)	Baixas	Transferências para ativo financeiro	31/12/2024
Terrenos	1.248	-	-	-	1.248
Reserv. barragens e adutora - Machadinho	13.354	-	-	-	13.354
Edificações, obras civis e benfeitoria	25.127	-	-	-	25.127
Máquinas e equipamentos	27.044	550	(169)	-	27.425
Veículos	5.702	210	-	-	5.912
Móveis e utensílios	1.496	-	-	-	1.496
A Ratear – UHE Machadinho	66	-	(66)	-	-
	74.037	760	(235)	-	74.562





		31/12/2024	31/12/2023
<b>Pessoal</b>			
Remunerações		17.240	16.190
Encargos sociais		6.820	6.644
Provisões de férias e 13º		3.515	3.481
Participação nos resultados		1.924	1.582
Auxílio-alimentação		2.554	2.433
Convênio assist. e outros benefícios		2.028	1.886
Entidade de previdência privada		1.394	1.376
Programa de demissão voluntária - PIDV		1.122	-
Outros		194	179
(-)Transferências p/ ativo de contrato infraestrutura em formação		(3.676)	(3.169)
<b>Total</b>		<b>33.115</b>	<b>30.602</b>
Os custos com a compra de energia elétrica comprada para revenda por natureza são:			
	<b>Quantidade de MWh</b>	<b>Em R\$</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2023</b>
Energia adquirida em leilão	75.142	74.937	20.382
Quotas de Itaipu	22.940	62.349	5.233
Regime de cotas de garantia física	22.006	70.657	3.861
Energia de microgeração	16.426	11.749	5.156
CCEE	13.391	-	3.390
Usinas Termonucleares Angra I e Angra II	4.550	12.061	1.829
PROINFA	2.314	6.342	5.783
Suprimento de energia elétrica CCEAR-C	646	644	148
Suprimento de energia elétrica MCSD	-	-	152
Encargos e recontabilizações MCP	-	-	7.734
	157.415	238.739	53.668
			72.680
(-) Créditos recuperáveis	-	-	(5.018)
	157.415	238.739	48.650
			66.341
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	24.601
<b>Total</b>	<b>157.415</b>	<b>238.739</b>	<b>73.251</b>
			<b>91.390</b>
<b>24. Receitas e despesas financeiras</b>		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Receita financeira</b>			
Renda de aplicações financeiras		10.493	10.929
Atualização do ativo financeiro setorial - CVA		7.198	6.100
Acréscimo moratório s/ faturas de energia elétrica		2.734	3.079
Atualização repetição de indêbito PIS e cofins		2.225	2.681
Atualização créditos PIS e cofins – Geração própria		2.175	2.392
Atualização s/ depósitos judiciais		1.831	1.953
Atualização s/ superávit atuarial		318	318
Outras receitas financeiras		991	1.447
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira		(1.118)	(878)
		26.847	28.021
<b>Despesa financeira</b>			
Atualização do passivo financeiro setorial - CVA		(4.955)	(13.866)
Atualização repetição de indêbito PIS e cofins		(2.225)	(2.681)
Atualização créditos PIS e cofins – Geração própria		(2.175)	(2.392)
Atualização dos programas de P&D e eficiência energética		(232)	(328)
Outras despesas financeiras		(909)	(274)
		(10.496)	(19.541)
Resultado financeiro líquido		16.351	8.480
<b>25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b>			
A demonstração do exercício de 2024 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14:			
(a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados do exercício:			
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>
			<b>CSLL</b>
Lucro antes dos tributos	48.976	48.976	31.904
Adições	15.519	15.519	10.487
Exclusões	(15.407)	(15.407)	(15.392)
Base de cálculo	49.088	49.088	26.999
			26.999
Alíquota aplicável	15%	9%	15%
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.363	4.418	4.050
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	4.885	-	2.676
Outros ajustes	(320)	-	(174)
			-
Total impostos correntes	11.928	4.418	6.552
			2.430
(b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentado a seguir:			
	<b>Diferenças temporárias</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Provisões		61.025	61.215
Previdência privada		(5.351)	(4.356)
Atualização do ativo financeiro		(2.098)	(1.875)
<b>Base impostos diferidos</b>		<b>53.576</b>	<b>54.984</b>
Alíquota aplicável		34%	34%
Impostos diferido ativo, líquido		18.216	18.695
Imposto diferido líquido no resultado do exercício		(249)	1.242
Imposto diferido líquido no resultado abrangente		(230)	(37)
		(479)	1.205
<b>26. Transações com partes relacionadas</b>			
A Companhia é controlada pela DME Poços de Caldas Participações S.A. - DME, que detém 100% das ações da sociedade.			
As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:			
a) <u>CIP - Contribuição para Iluminação Pública</u>		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Prefeitura municipal de Poços de Caldas – CIP (Nota 15)		12.604	5.525
b) <u>Produtos e serviços</u>			
	<b>Parte relacionada</b>	<b>Natureza da operação</b>	<b>31/12/2024</b>
			<b>31/12/2023</b>
DME - Energética S.A.	Receita pela disponibilidade da rede elétrica (nota 21)	964	1.519
As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem dois meses após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.			
c) <u>Pessoal-chave</u>			
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a remuneração total do pessoal-chave da Administração da Companhia está composta como segue:			
		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Salários		726	689
Encargos sociais		256	243
Férias e 13º salário		199	193
Vale-alimentação/refeição		38	35
Outros benefícios		236	226
		1.455	1.386
<b>27. Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros</b>			
Instrumentos financeiros por categoria são como seguem:			
		<b>31/12/2024</b>	
	<b>Ativos financeiros</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>
			<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa		124.389	-
Consumidores e concessionárias		41.352	-
Ativos financeiros setoriais		20.869	-
Ativo financeiro concessão		-	25.362
		186.610	25.362
			211.972
	<b>Passivos financeiros</b>	<b>Custo amortizado</b>	
Passivos financeiros setoriais		60.883	
Fornecedores		8.746	
Programa de Eficiência Energética		4.037	
Pesquisa e Desenvolvimento		2.442	
Dividendos a pagar		560	
Encargos regulatórios		447	
		77.115	
		<b>31/12/2023</b>	
	<b>Ativos financeiros</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>
			<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa		104.399	-
Consumidores e concessionárias		42.671	-
Ativos financeiros setoriais		39.752	-
Ativo financeiro concessão		-	21.443
		186.822	21.443
			208.265
	<b>Passivos financeir os</b>	<b>Custo amortizado</b>	
Passivos financeiros setoriais		47.757	
Fornecedores		17.046	
Programa de Eficiência Energética		3.703	
Pesquisa e Desenvolvimento		2.148	
Dividendos a pagar		1.036	
Encargos regulatórios		1.038	
		72.728	
<b>28. Gestão de risco financeiro</b>			
Fatores de risco financeiro			
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.			
A gestão de risco é realizada pela Supervisão Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Supervisão Financeira da DMED identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.			
<i>Risco de crédito</i>			
O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.			
<i>Risco de liquidez</i>			
A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Gerência Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.			
O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Supervisão Financeira. A Supervisão Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$122.139 (em 2023 R\$102.891) e outros ativos líquidos de R\$10.469 (em 2023 R\$31.138), os quais se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez a valores nominais.			
<i>Risco regulatório</i>			
As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas empresas de distribuição de energia elétrica dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL. A metodologia de revisão tarifária (ciclo de revisão) é de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão.			
As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas empresas do setor, embora possam ser compensadas em períodos subsequentes por outros reajustes.			
<i>Risco de escassez de energia elétrica</i>			
A energia fornecida aos consumidores da Companhia é oriunda de empreendimentos das quais é proprietária/consorciada, de cotas compulsórias (Itaipu, Angra I e Angra II, Cotas de Garantia Física e PROINFA) e da aquisição em Leilões de Energia, sendo que a fonte hidrelétrica é responsável por cerca de 77% do portfólio.			
As vazões afluentes às usinas localizadas em algumas bacias que compõem o SIN, nestes últimos anos, situaram abaixo da média histórica, porém a partir de 2022 houve uma recuperação dos níveis dos reservatórios ocasionada pela melhora na hidrologia no período.			
Em termos de armazenamentos equivalentes, o ano de 2024 fechou com 53% do armazenamento no Sistema Interligado Nacional (SIN), sete pontos abaixo da média na comparação com o mesmo período no ano anterior. Foram verificados ao final de dezembro de 2024, os seguintes valores nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul, correspondentes a 51% e 79%.			
Diante do contexto hidrológico favorável nas principais bacias hidrográficas do SIN desde o início do período chuvoso 2024/2025 e uma projeção de baixo crescimento da carga, não há indicativos de possibilidade de racionamento de energia.			
<i>Gestão de capital</i>			
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.			
<b>29. Estimativas e julgamentos contábeis críticos</b>			
A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.			
As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.			
De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:			
(a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 3.b			
(b) Superávit – Plano de benefício definido: Nota 11			
(c) Provisão para contingências: Nota 19			
<b>30. Cobertura de seguros</b>			
A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2024 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.			
O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.			
<b>31. Eventos Subsequentes</b>			
<b>Subestação Distrito Industrial</b>			
A Subestação Distrito Industrial entrou em operação em fevereiro de 2025 e possui capacidade instalada de 50 MVA, distribuída em 2 transformadores de 25 MVA cada. Conta ainda com 8 alimentadores de 13,8 kV, um arranjo elétrico estruturado em Barra Principal e Barra de Transferência, além de cubículos de 13,8 kV abrigados, proporcionando segurança operacional e manutenção facilitada. A SE alimentará 10.200 unidades consumidoras localizadas no Distrito Industrial, em parte da Zona Sul e em parte da Zona Oeste do município de Poços de Caldas.			
<b>Diretoria</b>			
Miguel Gustavo Durante de Oliveira - Diretor Superintendente			
Miguel Gustavo Junqueira Franco - Diretor Administrativo Financeiro			
Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico			
<b>Responsável Técnico</b>			
Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi - Contadora CRC-MG 090512/O-2			
<b>EXTRATO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA DME DISTRIBUIÇÃO S.A. – DMED.</b> Em reunião ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 25/04/2025, às 14:00 hs, os membros efetivos do Conselho Fiscal manifestaram, por unanimidade, pareceres favoráveis à: (i) aprovação do teor constante do Relatório de Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social findo em 31/12/2024, estando aptas para deliberação pelos órgãos competentes; e (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2024 e distribuição de dividendos. Valdeci Miguel Rodrigues – Presidente, Marlene de Fátima Silva – Conselheira Fiscal Efetiva, Rejiane Aparecida Faria Lelis – Conselheira Fiscal Efetiva.			



## JORNAL MANTIQUEIRA DIGITAL 26 04 25 DMED DISTRIBUICAO S A RELATORIO DA ADMINISTRACAO pdf

Código do documento 7217ce48-8e09-4c6d-91bf-cb82172b65a5



### Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101  
Certificado Digital  
anuncio@mantiqueira.inf.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 26 Apr 2025, 08:42:24

Documento 7217ce48-8e09-4c6d-91bf-cb82172b65a5 **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES  
(ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE\_ATOM:  
2025-04-26T08:42:24-03:00

#### 26 Apr 2025, 08:42:47

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:  
anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-26T08:42:47-03:00

#### 26 Apr 2025, 08:43:01

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS  
LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 179.96.251.22  
(179-96-251-22.as28220.net porta: 64910). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS  
LIMITADA:18176958000101. - DATE\_ATOM: 2025-04-26T08:43:01-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):dcb325e7814ac172b3f51d00e782fc0d83013a1ffda2c3491373c6cc238d4be0  
(SHA512):d3a49e4c5661ea1ad54b14f6d06ebac4180ff571577c0343b046834da297311de8c00225f5e52e57c0dc5039720ce976035965c2dd56c70e6908f9104070f988

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.